
CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.(CEB IPES)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

*30 de setembro de 2025 e 2024
com Relatório do Auditor Independente*



CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.(CEB IPES)

Informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2025 e 2024

Índice

Balanço patrimonial.....	3
Demonstração do resultado.....	4
Demonstração do resultado abrangente.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração do fluxos de caixa - método direto.....	7
Demonstração do valor adicionado.....	8
Notas explicativas demonstrações financeiras.....	9
Relatório do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias..	27

CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.
Balanços Patrimoniais findos em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31.12.2024		PASSIVO	Nota	31.12.2024	
		30.09.2025	31.12.2024			30.09.2025	Reclassificação
Circulante		258.755	233.454	Circulante		20.958	34.635
Caixa e equivalente de caixa	4	73.082	180.006	Fornecedores	11	14.020	24.792
Contas a receber		6.643	460	Obrigações sociais e trabalhistas	12	1.816	1.727
Ativo de contrato	5	147.869	17.854	Dividendos a pagar		-	3.328
Tributos compensáveis	6	16.672	3.212	Obrigações tributárias	13	476	681
Estoques	7	12.391	29.705	Obrigações com controladora	16	4.602	4.101
Crédito com controladora	8	1.456	1.506	Outros passivos		44	6
Outros ativos		642	711				
Não Circulante		35.435	31.939	Não Circulante		55.113	33.249
Realizável a Longo Prazo		34.473	31.240	Depósitos Vinculados	9	34.472	31.239
Depósitos vinculados	9	34.473	31.240	Provisão para Litígios	14	46	1
				Tributos Diferidos	15	20.595	2.009
Imobilizado	10	962	699	Patrimônio Líquido	17	218.119	197.509
				Capital social		174.081	174.081
				Reservas de lucros		23.428	23.428
				Resultado do período		20.610	-
TOTAL DO ATIVO		294.190	265.393	TOTAL DO PASSIVO		294.190	265.393

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.
Demonstração do Resultado em 30 de setembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		3º Trimestre			
	Notas	Período de 9 meses		Período de 3 meses	
		01/01/2025 a	01/01/2024 a	01/07/2025 a	01/07/2024 a
		30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Receita operacional líquida	18.1	157.514	33.912	44.724	16.978
Custo do Serviços Prestados	18.2	(131.790)	(27.719)	(34.940)	(14.219)
Lucro operacional bruto		25.724	6.193	9.784	2.759
Receitas/(despesas) operacionais		(12.927)	(7.718)	(4.709)	(2.704)
Despesas gerais e administrativas		(12.884)	(7.463)	(4.379)	(2.490)
Pessoal, encargos e benefícios	18.3 a)	(8.045)	(5.370)	(2.943)	(1.948)
Administradores e conselheiros	18.3 b)	(978)	(1.294)	(286)	(271)
Materiais		(119)	(60)	(23)	(11)
Serviços de terceiros	18.3 c)	(950)	(542)	(284)	(206)
Compartilhamento de despesas	18.3 d)	(2.792)	(197)	(843)	(54)
Outras receitas/(despesas) operacionais	18.4	(43)	(255)	(330)	(214)
Outras Receitas, líquida dos tributos		47	109	-	2
Outras Despesas		(90)	(364)	(330)	(216)
Lucro antes do resultado financeiro		12.797	(1.525)	5.075	55
Receitas (despesas) financeiras	18.5	11.824	14.173	3.226	4.728
Receitas financeiras, líquida dos tributos		15.081	14.177	4.474	4.728
Despesas financeiras		(3.257)	(4)	(1.248)	-
Lucro antes dos tributos		24.621	12.648	8.301	4.783
Imposto de renda e contribuição social	19	(4.011)	(408)	(3.960)	(306)
Imposto de renda - corrente		(2.912)	(295)	(2.912)	(223)
Contribuição social - corrente		(1.048)	(113)	(1.048)	(83)
Imposto de renda e contribuição social exercício anteri		(51)	-	-	-
Lucro líquido do período		20.610	12.240	4.341	4.477

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente em 30 de setembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<i>3º Trimestre</i>			
	<i>Período de 9 meses</i>		<i>Período de 3 meses</i>	
	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Lucro líquido do período	20.610	12.240	4.341	4.477
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	20.610	12.240	4.341	4.477

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Eventos	Capital subscrito e integralizado	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	174.081	916	11.827	-	186.824
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.013	14.013
Destinações:					
Constituição de reservas	-	701	9.984	(10.685)	-
Dividendos obrigatórios				(3.328)	(3.328)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	174.081	1.617	21.811	-	197.509
Lucro líquido do período				20.610	20.610
Saldo em 30 de setembro de 2025	174.081	1.617	21.811	20.610	218.119

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.**Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto em 30 de setembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	30.09.2025	30.09.2024
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimento da Contraprestação	38.509	19.688
Recebimento de receitas adicionais	1.384	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	12.405	14.814
Outros Recebimentos	92	126
Recebimentos	52.390	34.628
Salários e Encargos Sociais	(16.075)	(11.040)
Previdência e Assistência	(2.585)	(1.526)
Empréstimo Consignado	(26)	(19)
IRRF da Folha de Pagamento	(1.269)	(834)
Outras Consignações	(24)	(38)
Materiais	(71.618)	(122)
Serviços de Terceiros	(46.857)	(13.119)
Compartilhamento de Despesas	(3.491)	(229)
Outros Pagamentos	(464)	(337)
Tributos	(13.217)	(5.587)
PIS e COFINS	(1.222)	(1.382)
IRPJ/CSLL	-	(893)
Retenções tributos federais/municipais	(5.829)	(1.425)
IOF/IRRF Aplicações Financeiras	(5.799)	(1.535)
IPTU	(367)	(352)
Pagamentos	(155.626)	(32.851)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	(103.236)	1.777
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(360)	(258)
Aquisição de Imobilizados	(360)	(258)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades de Investimento	(360)	(258)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	(3.328)	-
Saídas de Financiamento	(3.328)	(5.170)
Pagamento de Dividendos	(3.328)	(5.170)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades de Financiamento	(3.328)	(5.170)
Aumento (redução) do Saldo Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(106.924)	(3.651)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	180.006	185.934
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	73.082	182.283

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.
Demonstração do Valor Adicionado em 30 de setembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2025	30.09.2024
Receitas	177.533	38.333
Receita de Operação e Manutenção	45.960	30.025
Receita de Construção	117.258	7.465
Receita Remuneração da Concessionária	11.744	720
Outras Receitas	2.571	123
(-) Insumos adquiridos de terceiros	121.696	21.730
Materiais	147	62
Custo de Construção	101.049	6.677
Serviços de Terceiros	17.661	14.576
Compartilhamento de Despesas	2.792	197
Provisões/Reversões(exceto PDD)	(555)	(175)
Outros insumos	602	393
(=) Valor adicionado bruto	55.837	16.603
(-) Retenções (depreciação)	148	86
(=) Valor adicionado líquido	55.689	16.517
(+) Valor adicionado recebido em transferência	15.813	14.868
Receitas financeiras	15.813	14.868
(=) Valor adicionado total a distribuir	71.502	31.385
Distribuição do valor adicionado	71.502	31.385
Pessoal Administradores e encargos	20.669	12.440
Remunerações	16.045	9.902
Encargos sociais (exceto INSS)	579	404
Benefícios	4.045	2.134
Plano Previdência Privada	742	540
Plano de Saúde	1.390	729
Participação nos Lucros	959	490
Outros Benefícios	954	375
Governo	26.966	6.701
Impostos e contribuições	26.966	6.701
Federal	23.140	5.670
INSS	1.974	1.025
PIS	3.032	729
COFINS	14.123	3.508
IRPJ	2.949	295
CSLL	1.062	113
Estadual e Municipal	3.826	1.031
IPTU	275	264
ISS	3.551	767
Remuneração de Capitais de Terceiros	3.257	4
Despesas financeiras	3.257	4
Acionistas	20.610	12.240
Lucro líquido no período	20.610	12.240

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 2024

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. (“CEB IPES” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações constituída como subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, regida pela Lei nº 6.404/1976 e por seu Estatuto Social. Foi criada por deliberação da Assembleia Geral de Constituição e está registrada sob o CNPJ nº 39.683.726/0001-01, com sede localizada no SGAN 601, Conjunto H, salas 004 a 006 e 010 a 018, Semi-enterrado – Edifício Íon – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70.830-010.

A Companhia tem como objeto social a prestação, direta ou indireta, de serviços de gestão, manutenção, recuperação, modernização, melhoramento, eficientização, expansão, operação e compartilhamento de ativos que integram o parque de iluminação pública do Distrito Federal. Além disso, está autorizada a elaborar estudos, projetos de engenharia, executar obras de implantação de sistemas de iluminação pública e instalações elétricas prediais, bem como exercer atividades correlatas e explorar receitas acessórias, conforme disposto no contrato de concessão administrativa e seus anexos, com base na Lei Distrital nº 7.275/2023, de 5 de julho de 2023, e no Decreto nº 45.033/2023, de 4 de outubro de 2023.

O Decreto nº 45.033/2023, que regulamentou a Lei Distrital nº 7.275/2023, outorgou à CEB IPES, mediante concessão, a prestação dos serviços públicos de iluminação pública no Distrito Federal e estabeleceu que o resultado da arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública – CIP, realizada pela concessionária de energia elétrica do Distrito Federal, será destinado:

- I – Ao pagamento da contraprestação da concessionária, abrangendo remuneração do capital investido, operação, manutenção, eficientização, modernização e expansão do parque de iluminação pública do Distrito Federal;
- II – Ao pagamento da energia consumida pela iluminação pública à distribuidora de energia elétrica do Distrito Federal;
- III – à constituição e manutenção de garantia pública da concessão.

Embora o contrato de concessão preveja que a contraprestação devida à concessionária deve ser suficiente para permitir a remuneração integral dos serviços prestados (manutenção, operação, expansão e eficientização), em razão do plano arrojado de investimentos em manutenção e modernização, a Companhia poderá utilizar recursos próprios ou buscar captação externa por meio de emissão de dívida, debêntures ou aporte de capital (*equity*) para atender às obrigações previstas.

O contrato de concessão foi assinado em 4 de dezembro de 2023, publicado em 6 de dezembro de 2023, e teve sua eficácia condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- i. Transferência dos bens reversíveis do poder concedente à concessionária, por meio de assinatura de Termo de Transferência de Bens;
- ii. Entrega de todos os documentos, dados e informações necessários à adequada execução do contrato, mediante termo ou declaração;
- iii. Assinatura do Termo de Cessão pelas partes;

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iv. Celebração de contrato entre o poder concedente, a concessionária e instituição financeira, com vistas à administração das contas vinculadas à concessão, nomeação do banco administrador, constituição do saldo mínimo da conta garantia e mecanismos de pagamento da contraprestação;

v. Celebração de termo aditivo ao convênio entre a distribuidora de energia elétrica e o Distrito Federal, para assegurar que os valores arrecadados com a CIP sejam direcionados à conta centralizadora da concessão.

Uma vez cumpridas essas condições, o contrato de concessão foi considerado eficaz a partir de 25 de março de 2024, data a partir da qual teve início o prazo contratual de 30 anos, com término previsto para 25 de março de 2054.

Cabe destacar que, a partir do início da execução dos serviços pela CEB IPES, o Distrito Federal não poderá manter a execução de contratos com terceiros que tenham por objeto os serviços concedidos, sendo permitido apenas o cumprimento de obrigações remanescentes para fins de encerramento e pagamento de contratos anteriores.

1.1. REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL

A Reforma Tributária foi aprovada por meio da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, com objetivo de simplificar os tributos sobre consumo, eliminar a guerra fiscal entre os entes federativos, reduzir obrigações acessórias, garantir a não cumulatividade e unificar a legislação aos novos tributos.

Um dos pilares centrais da reforma é a simplificação e a harmonização dos tributos existentes. A unificação de impostos federais, estaduais e municipais busca reduzir a burocracia, eliminar redundâncias e facilitar o cumprimento das obrigações fiscais por parte dos contribuintes.

As mudanças trazidas pela Emenda Constitucional foram regulamentadas pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabeleceu as regras operacionais e o cronograma de transição com término previsto para o ano de 2033.

A implementação da nova sistemática ocorrerá de forma gradual, com um período de transição entre 2026 e 2033. Durante esse período, coexistirão dois sistemas tributários: o atual, baseado nos tributos ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI, e o novo modelo, que introduz o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além do Imposto Seletivo (IS).

A CBS será de competência da União, enquanto o IBS terá gestão compartilhada entre Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Além disso, a Lei Complementar nº 214/2025 prevê instrumentos de justiça tributária, como a devolução de parte dos tributos às famílias de baixa renda (mecanismo de “cashback”), e trata de regimes de transição, isenções e alíquotas-padrão para o novo modelo tributário.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e também de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS), especificamente com o IAS 34 –

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Interim Financial Reporting, emitido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, bem como com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), que trata das demonstrações contábeis intermediárias, e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

As informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais.

A ICPC 01 (R1) e a OCPC 05 – *Contratos de Concessão* estabelecem diretrizes para o reconhecimento e a mensuração dos direitos e obrigações decorrentes de contratos de concessão, sendo aplicáveis nas situações em que o Poder Concedente controla ou regula: (i) quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, (ii) a quem os serviços devem ser prestados e (iii) a contraprestação a ser cobrada, bem como quando mantém participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

A prestação de serviços de manutenção e modernização é registrada de acordo com o CPC 47 – *Receita de Contrato com Cliente*, com a correspondente contrapartida em ativos financeiros (recebíveis).

A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pelo método direto, conforme previsto no CPC 03 (R2) – *Demonstração dos Fluxos de Caixa*.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi elaborada nos termos do CPC 09 – *Demonstração do Valor Adicionado*, como parte integrante das demonstrações financeiras, em atendimento à determinação do acionista único.

O contrato de concessão entrou em vigor em 25 de março de 2024; contudo, não houve operações comerciais relacionadas ao contrato durante o referido mês, tendo as atividades operacionais sido iniciadas em abril de 2024.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada por deliberação da Diretoria Colegiada em 28 de outubro de 2025.

2.2. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da CEB IPES. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A CEB IPES efetuou a avaliação de viabilidade do seu negócio quando da elaboração do seu plano de negócios.

A gestão de riscos é conduzida pela administração da Companhia, em conformidade com as políticas aprovadas pelo acionista único, a CEB.

Cabe à administração identificar, avaliar e adotar medidas para proteger a Companhia contra eventuais riscos que possam impactar suas operações, ativos ou resultados.

3.2. RISCO OPERACIONAL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura da Companhia, bem como a fatores externos, excetuando-se os riscos de crédito, mercado e liquidez. Incluem-se nesse conceito riscos decorrentes de exigências legais e regulatórias, bem como do não cumprimento de padrões geralmente aceitos de conduta empresarial. Os riscos operacionais decorrem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da administração da Companhia é monitorar o risco operacional para evitar danos, buscar a eficácia no processo de gerenciamento e promover a redução de custos.

A Companhia será monitorada por empresa independente, que verificará a adequação da contraprestação mensal em decorrência dos indicadores de desempenho, os quais medem os parâmetros e metas de qualidade e desempenho dos serviços prestados, conforme previsto no Contrato de Concessão.

Assim, a partir do início das operações, deverão ser definidos e/ou aprimorados processos que permitam identificar: as etapas; os participantes e suas respectivas atribuições; os controles existentes e necessários; o processo de gestão de riscos; as lacunas e gargalos; as oportunidades de melhoria; e, por fim, os riscos que possam comprometer os indicadores de desempenho e a continuidade operacional da concessão.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	30.09.2025	31.12.2024
Caixa e Bancos Conta Movimento	11	30
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	73.071	179.976
Total	73.082	180.006

As aplicações financeiras da Companhia possuem rentabilidade compatível com as práticas de mercado e são representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), aplicados junto ao Banco de Brasília – S/A (BRB), conforme determinação legal.

Os investimentos apresentam alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis, conforme as necessidades de caixa da Companhia.

Devido à natureza e às características dessas aplicações financeiras, elas são reconhecidas pelo seu valor justo, com o respectivo reflexo no resultado do período.

5. ATIVOS DE CONTRATOS

Composição do Ativo de Contrato	30.09.2025	31.12.2024
Saldo anterior	17.854	-
Constituição/Operação e Manutenção	45.960	43.474
Constituição/Custo de Construção	117.258	13.080
Remuneração da Concessionária	11.744	1.379
Amortização	(44.947)	(40.079)
Total	147.869	17.854

O saldo refere-se ao ativo contratual correspondente ao direito de receber recursos por meio das contraprestações mensais estabelecidas no contrato de concessão.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A contraprestação é recebida após o Poder Concedente analisar a prestação dos serviços e o relatório de acompanhamento da concessão, elaborado por verificador independente, e verificação de sua conformidade com o contrato, momento em que o pagamento é efetuado.

A contraprestação é reajustada anualmente, conforme previsto no contrato de concessão, tendo ocorrido reajustes de 4,0937% em julho de 2024 e de 3,8668% em julho de 2025.

A Companhia iniciou suas atividades operacionais a partir de abril de 2024.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Descrição	30.09.2025	31.12.2024
Saldo Negativo IRPJ	3.141	3179
Saldo Negativo CSLL	19	33
IRRF a compensar	494	-
IRRF s/ aplicações financeiras	5.779	-
COFINS a compensar	5.948	-
PIS a compensar	1.291	-
Total	16.672	3.212

Os Saldos Negativos de IRPJ e CSLL correspondem aos valores aptos à compensação, devidamente comprovados pela Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

Os valores a compensar de PIS e COFINS são créditos apurados sobre os insumos utilizados na prestação de serviço de iluminação pública, também aptos à compensação. Contudo, os créditos apurados superam os débitos verificados referentes a essas contribuições.

7. ESTOQUES

Descrição	30.09.2025	31.12.2024
Materiais para concessão	12.369	29.506
Material de consumo	22	199
Total	12.391	29.705

Os estoques referem-se aos materiais destinados à concessão, necessários para expansão, modernização, efficientização e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal.

8. CRÉDITOS COM CONTROLADORA

Descrição	30.09.2025	31.12.2024
Companhia Energética de Brasília (CEB) Controladora	1.456	1.456
CEB Geração S.A.	-	50
Total	1.456	1.506

O valor apresentado refere-se ao saldo resultante do encontro de contas ocorrido em setembro de 2024, envolvendo contas a receber e a pagar, que gerou crédito a ser recebido da Controladora.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2025*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Descrição	30.09.2025	31.12.2024
Depósito Recebido em Garantia	34.473	31.240
Total Não Circulante	34.473	31.240

O contrato de concessão prevê, em sua Cláusula 17ª, que, para assegurar o pagamento da remuneração devida pelo Poder Concedente à Concessionária, será aberta uma Conta Garantia em nome da Concessionária (CEB IPES) no Banco Administrador (BRB).

Essa conta deverá manter, de forma permanente, um saldo mínimo equivalente a três vezes o valor da Contraprestação Mensal Máxima definida no estudo de viabilidade técnica e econômico – financeira, durante toda a vigência do contrato de concessão, que é de 30 (trinta) anos.

O depósito da garantia foi efetuado em 28 de fevereiro de 2024, estando aplicado em Certificados de Depósito Bancário (CDBs).

O registro contábil foi realizado em contrapartida ao Passivo Não Circulante, considerando que, no final da concessão, tal garantia será devolvida.

O valor do depósito, contabilizado no ativo, está aplicado em CDBs junto ao Banco de Brasília – S/A (BRB), conforme determinação do contrato de concessão.

O saldo do passivo está sendo atualizado utilizando o mesmo índice aplicado nas aplicações financeiras.

10. IMOBILIZADO**a) Composição do Imobilizado:**

Descrição	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação acumulada	Valor Líquido 30.09.2025	Valor Líquido 31.12.2024
Terrenos	-	18		18	18
Benfeitorias Propriedades de Terceiros	20%	180	(142)	38	65
Móveis e Utensílios	10%	427	(181)	246	271
Máquinas e Equipamentos	10%	168	(19)	149	61
Equipamentos de Informática	20%	625	(114)	511	284
Total Imobilizado		1.418	(456)	962	699

b) Movimentação do Imobilizado:

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2025*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Descrição	Saldo 31.12.2024	Adições	Baixas	Saldo em 30.09.2025
Custo Imobilizado				
Terrenos	18	-	-	18
Benfeitorias Propriedade de Terceiros	180	-	-	180
Móveis e Utensílios	415	12	-	427
Máquinas e Equipamentos	70	98	-	168
Equipamentos de Informática	324	301	-	625
Total do Imobilizado - Custo	1.007	411	-	1.418
(-) Depreciação				
Benfeitorias Propriedade de Terceiros	(115)	(27)	-	(142)
Móveis e Utensílios	(144)	(37)	-	(181)
Máquinas e Equipamentos	(9)	(10)	-	(19)
Equipamentos de Informática	(40)	(74)	-	(114)
Total da Depreciação	(308)	(148)	-	(456)
Total do ativo Imobilizado	699	263	-	962

11. FORNECEDORES

Descrição	30.09.2025	31.12.2024
Serviços de expansão e manutenção de IP	3.803	2.849
Aquisição de Luminárias e Outros Insumos	9.378	21.160
Serviços de Call Center	169	333
Serviços de Informática	81	128
Serviço Verificador Independente	174	167
Serviços de Consultoria	42	11
Outros materiais	40	48
Outros Serviços	333	96
Total Não Circulante	14.020	24.792

O saldo de fornecedores refere-se às obrigações a pagar por bens e serviços adquiridos no curso normal dos negócios, classificadas como passivos circulantes devido ao pagamento ser exigível no prazo de até um ano.

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	30.09.2025	31.12.2024
Pessoal Requisitado	-	11
Folha de Pagamento	62	-
Provisão de Férias	769	513
Provisão Décimo Terceiro	543	-
Imposto de Renda Retido Fonte	136	160
Consignações em Favor de Terceiros	5	12
Provisão Participação nos Lucros	-	600
INSS a Recolher	239	365
FGTS a Recolher	62	66
Total	1.816	1.727

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2025*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

As obrigações sociais e trabalhistas são àquelas vinculadas à folha de pagamento.

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	30.09.2025	31.12.2024
PIS a recolher	9	65
COFINS a recolher	55	347
ISS retido PJ	75	74
INSS retido PJ	166	-
Retenções PIS/COFINS/CSLL	166	184
Outras Obrigações	5	11
Total	476	681

14. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

Descrição	30.09.2025	31.12.2024
Provisão Litígios Cíveis	46	1
Total	46	1

14.1 Passivo Contingente (Risco Possível)

A Companhia possui processos cíveis nos quais a Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os riscos de perda são possíveis. Por esse motivo, nenhuma provisão foi constituída.

Segue a composição das contingências possíveis da Companhia, segregadas por natureza:

Descrição/Avaliação	30.09.2025	31.12.2024
Trabalhistas	20	-
Cíveis	-	89
Total	20	89

15. TRIBUTOS DIFERIDOS

Descrição	30.09.2025	31.12.2024 Reclassificado
PIS diferido	2.440	295
COFINS diferido	11.238	1.357
ISS Diferido	2.957	357
IRPJ Diferido	2.912	-
CSLL Diferido	1.048	-
Total	20.595	2.009

Os tributos diferidos do quadro acima foram constituídos em razão de a receita já ter sido reconhecida contabilmente, em decorrência do direito a receber a contraprestação pelos bens ou serviços transferidos ao cliente. Contudo, do ponto de vista fiscal, ainda não ocorreu o fato gerador dos tributos, uma vez que este se concretiza apenas no momento do faturamento. Essa diferença temporária entre o reconhecimento contábil e o fiscal dá origem à constituição dos tributos diferidos.

Neste trimestre foi feita a reclassificação dos tributos diferidos para o Passivo Não Circulante.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2025*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****Controladora e parte controladora final**

A Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília (CEB). O controlador final é o Governo do Distrito Federal (GDF).

Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

A seguir, apresenta-se o resumo da remuneração paga aos diretores e conselheiros fiscais:

Descrição	30.09.2025	30.09.2024
Remuneração Administradores/Conselheiros		
Remuneração	(1.802)	(1.348)
Encargos	(576)	(424)
Benefícios	(658)	(526)
Total	(3.036)	(2.298)

A partir de dezembro de 2024, com a reestruturação organizacional, a Companhia passou a remunerar 4 (quatro) diretores, enquanto no primeiro trimestre de 2024 eram remunerados apenas 3 (três) diretores.

Outras transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

Transações		30.09.2025	31.12.2024
Ativos			
Créditos a receber:	a)		
Companhia Energética de Brasília(CEB) Controladora		1.456	1.456
CEB Geração S.A.		-	50
Total		1.456	1.506
Passivos			
Companhia Energética de Brasília(CEB) Controladora	b)	4.602	7.429
Dividendos		-	3.328
Compartilhamento de despesas		4.602	4.101
Secretaria de Estado de Educação - SEE/DF	c)	-	11
Banco de Brasília S/A	d)	100	22
BRB Serviços S/A	d)	169	333
Total		4.871	7.795
Resultados			
		30.09.2025	30.09.2024
Companhia Energética de Brasília(CEB) Controladora	b)	(11.133)	(6.742)
Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal	c)	(115)	(38)
Secretaria de Educação do Distrito Federal	c)	(93)	-
Casa Civil do Distrito Federal	c)	(20)	(90)
Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU/DF	c)	(120)	(114)
Banco de Brasília S/A	d)	(54)	(30)
BRB Serviços S/A	d)	(1.894)	(613)
Total		(13.429)	(7.627)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Valores relativos ao custo dos empregados diretamente ligados à atividade de iluminação pública que estavam lotados na CEB IPES, mas prestavam serviços para a Controladora CEB. A liquidação desses valores pela Controladora ocorreu em setembro de 2024, por meio de encontro de contas a receber e a pagar, resultando em crédito a receber da Controladora.
- b) Valores referentes a dividendos e ao compartilhamento de despesas, em razão da CEB IPES utilizar atualmente uma área equivalente a 396,19 m² da sede da controladora CEB, envolvendo despesas como água, energia, limpeza, vigilância, previdência privada, plano de saúde, serviços de informática, condomínio, entre outros.
- c) Servidores Públicos de órgãos do Governo do Distrito Federal cedidos à CEB IPES.
- d) Valores relativos aos serviços de *call center* prestados pela empresa BRB Serviços S/A, bem como aos serviços de gerenciamento das contas da concessão - Conta Centralizadora, Conta da Concessionária e Conta Garantia junto à instituição financeira Banco de Brasília S/A.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da CEB IPES é de R\$ 174.081 (cento e setenta e quatro milhões, oitenta e um mil reais), representado por 174.081 (cento e setenta e quatro milhões, oitenta e um mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes integralmente à Companhia Energética de Brasília.

A composição do capital social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

Capital Total em Ações	30.09.2025	31.12.2024
Ações Ordinárias	174.081	174.081
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	218.119	197.509
Quantidade de Ações	174.081	174.081
Valor Patrimonial por Ação – Em (R\$)	1,252974	1,134581

17.2. RESULTADO DO PERÍODO

A Companhia apurou lucro no semestre no montante de R\$ 20.610 (em 30 de setembro de 2024, R\$ 12.240).

18. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

18.1. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2025*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Descrição	30.09.2025	30.09.2024
Receita de Operação e Manutenção (a)	45.960	30.025
Receita de Construção (b)	117.258	7.465
Receita Remuneração da Concessionária (c)	11.744	720
Outras Receitas Adicionais	2.518	-
Receita Operacional	177.480	38.210
(-) Deduções da Receita	(19.966)	(4.298)
ISS	(3.550)	(764)
PIS	(2.928)	(630)
COFINS	(13.488)	(2.904)
Receita Operacional, Líquida	157.514	33.912

- a) Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de iluminação pública, com foco em ações corretivas no parque de iluminação pública do Distrito Federal. Essa receita é calculada pela aplicação do WACC previsto no contrato de concessão, considerando os custos incorridos na prestação de serviços;
- b) Refere-se aos serviços de modernização, ampliação e eficiência energética da rede de iluminação pública do Distrito Federal. Sua mensuração ocorre pela aplicação do WACC previsto no contrato de concessão sobre os custos efetivos da prestação de serviços;
- c) Refere-se ao WACC aplicado mensalmente sobre o saldo do ativo de contrato a receber.

A Companhia iniciou suas atividades operacionais a partir de abril de 2024.

18.2. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Descrição	30.09.2025	30.09.2024
Custo de Construção (a)	(105.223)	(6.677)
Pessoal e Administradores	(4.174)	-
Material	(76.998)	(2.288)
Serviços de Terceiros	(34.300)	(933)
Bens e Direitos	(6)	(3.539)
(-) Crédito de PIS e COFINS	10.255	83
Custo Operação e Manutenção	(26.567)	(21.042)
Pessoal e Administradores	(9.447)	(6.802)
Material	(28)	(2)
Serviços de Terceiros	(17.951)	(15.340)
(-) Crédito de PIS e COFINS	1.240	1.306
Alugueis de Veículos	(286)	(144)
Depreciação e Amortização	(25)	(12)
Seguros	(69)	(35)
Outros Custos	(1)	(13)
Custo dos Serviços Prestados de Iluminação Pública	(131.790)	(27.719)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O aumento expressivo nos custos totais está relacionado ao início efetivo da operação da concessão e à consequente aceleração dos serviços e dos investimentos ao longo de 2025. Esse crescimento é esperado e condizente com a natureza do Contrato de Concessão, que prevê elevados desembolsos nos primeiros anos, especialmente voltados à modernização e efficientização do parque de iluminação pública do Distrito Federal.

Os custos com Pessoal e Administradores diretamente ligados à atividade-fim apresentaram crescimento de R\$ 6,8 milhões em 30 de setembro de 2024 para R\$ 13,6 milhões em 30 de setembro de 2025, considerando os blocos de Construção e de Operação e Manutenção. Esse aumento reflete o reforço do quadro técnico e gerencial da Companhia para acompanhar a expansão operacional e a execução do contrato de concessão.

Com o início das atividades a partir de abril de 2024, a Companhia contratou 23 (vinte e três) novos colaboradores para compor a força de trabalho da atividade-fim.

A rubrica Materiais apresentou crescimento significativo, reflexo da intensificação da execução física das obras de modernização, principalmente com a aplicação das luminárias LED e quadros de comando.

O aumento da rubrica Serviços de Terceiros está relacionado à ampliação das contratações de empresas especializadas para execução dos serviços no parque de iluminação pública, conforme encargos previstos no Contrato de Concessão.

Por fim, os créditos de PIS e COFINS aumentaram proporcionalmente aos custos incorridos, evidenciando o aproveitamento adequado dos créditos tributários permitidos pela legislação vigente.

A atividade operacional da Companhia teve início em abril de 2024, com a eficácia do contrato de concessão, sendo que os serviços de iluminação pública eram executados pela controladora até março de 2024.

18.3. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

a) Pessoal, Encargos e Benefícios	30.09.2025	30.09.2024
Remuneração	(2.116)	(2.804)
Custo ressarcimento requisitados	(3.870)	(1.241)
Encargos Sociais	(694)	(445)
Previdência Privada	(245)	(173)
Plano Assistencial	(573)	(331)
Participação nos Lucros	(200)	(216)
Outros Benefícios	(347)	(160)
Total	(8.045)	(5.370)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2025*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

b) Administradores e Conselheiros	30.09.2025	30.09.2024
Administradores	(722)	(1.040)
Remuneração	(396)	(612)
Encargos Sociais	(133)	(193)
Previdência Privada	(50)	(70)
Plano Assistencial	(36)	(55)
Participação nos Lucros	(78)	(75)
Outros Benefícios	(29)	(35)
Conselheiros	(256)	(254)
Remuneração	(213)	(212)
Encargos Sociais	(43)	(42)
Total	(978)	(1.294)

Em 30 de setembro de 2025, a força de trabalho da CEB IPES era composta por 82 colaboradores, sendo: 41 requisitados da Controladora (CEB), 36 contratados em emprego em comissão e 5 requisitados de outros órgãos do Governo do Distrito Federal. No mesmo período de 2024, a companhia contava com 66 colaboradores: 38 requisitados da Controladora, 24 empregados em comissão e 4 requisitados de outros órgãos.

Esse crescimento de 24% no quadro de pessoal reflete a evolução das atividades operacionais ao longo de 2025 e está diretamente relacionado à maturação da concessão e à expansão da estrutura organizacional da Companhia.

Destaca-se o reforço da estrutura gerencial e técnica, decorrente da criação de novas gerências, coordenações e áreas especializadas, em linha com as demandas do projeto de modernização do parque de iluminação pública do Distrito Federal.

O aumento do quadro funcional está alinhado ao início efetivo da prestação dos serviços em abril de 2024, sendo compatível com as necessidades de gestão, execução e fiscalização das obrigações contratuais previstas na concessão.

Os empregados requisitados têm seus custos ressarcidos aos órgãos de origem, exceto pelo valor referente à função gratificada, se for o caso, que é custeada diretamente pela Companhia.

O aumento expressivo no custo com ressarcimento de requisitados está relacionado à maior utilização de empregados cedidos, tanto pela Controladora quanto por outros órgãos públicos, conforme refletido no aumento da força de trabalho ao longo de 2025.

Destaca-se ainda, que em setembro de 2025 ocorreu o reenquadramento no Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) da Controladora, com reajuste médio de 22%, aplicado retroativamente a março de 2025. Esse reajuste impactou diretamente os valores ressarcidos à CEB.

O crescimento nas despesas com pessoal acompanha a expansão da equipe e a maturação das atividades operacionais da CEB IPES ao longo do exercício, com os seguintes destaques:

- Maior dependência de empregados requisitados, cujos custos são integralmente ressarcidos pela Companhia;
- Manutenção e ampliação dos benefícios corporativos, em linha com a ampliação da estrutura funcional;
- Reorganização dos registros contábeis de remuneração direta, especialmente na rubrica "Administradores", entre 2024 e 2025.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esse crescimento está alinhado ao estágio de desenvolvimento da concessão, conforme estabelecido no plano de negócios da Companhia.

Os custos relacionados aos empregados diretamente ligados à atividade de iluminação pública estão registrados na rubrica “Custo dos Serviços Prestados de iluminação Pública” (conforme Nota Explicativa nº 18.2).

Adicionalmente, a partir de abril de 2024, com o início efetivo das operações da concessão, o custo referente ao Diretor de Modernização e Obras no valor de R\$ 625 mil, passou a ser registrado na rubrica “Custo de Construção”. Já os custos relacionados aos Diretores de Operação e Manutenção e de Planejamento e Engenharia no montante de R\$ 1.403 mil, foram registrados na rubrica “Custo de Operação e Manutenção”, totalizando R\$ 2.058 mil (dois milhões e cinquenta e oito mil reais).

c) Serviços de Terceiros	30.09.2025	30.09.2024
Consultoria e Assessoria	(411)	(58)
Serviços de Limpeza e Conservação	(190)	-
Publicações Legais, Avisos e Editais	(96)	(74)
Auditoria	(25)	(24)
Seminários, Cursos e Treinamentos	(36)	(62)
Manutenção e Conservação de Bens	(73)	(114)
Serviços de Engenharia e Arquitetura	(25)	(68)
Serviços de Informática	-	-
Outros Serviços de Terceiros	(94)	(142)
Total	(950)	(542)

d) Compartilhamento de Despesas com Controladora	30.09.2025	30.09.2024
Serviço de Limpeza e Conservação	(749)	(104)
Energia, Água e Esgoto	(483)	(40)
Serviço de Vigilância	(589)	(29)
Treinamentos	(53)	(24)
Tributo (IPTU)	(1.260)	-
Outros compartilhamentos	(388)	-
Outros compartilhamentos(provisões/reversões)	730	-
Total	(2.792)	(197)

O aumento nas despesas compartilhadas decorre da expansão das operações da CEB IPES, da maior ocupação da estrutura física da controladora e do consequente consumo proporcional dos serviços comuns. Observa-se uma evolução significativa nesse grupo de despesas, que passou de R\$ 197 mil em 2024 para R\$ 2,79 milhões em 2025, evidenciando a plena operação da Companhia ao longo do exercício de 2025.

Esse crescimento está diretamente relacionado ao início das atividades operacionais da concessão em abril de 2024, o que demandou maior utilização dos recursos físicos e administrativos da sede da controladora (CEB). A inclusão do IPTU, no valor de R\$ 1,26 milhão, reflete o início do rateio tributário proporcional ao espaço ocupado pela CEB IPES.

Destaca-se ainda a reversão de provisões no montante de R\$ 730 mil, que impactou positivamente o resultado do exercício, reduzindo o valor líquido das despesas compartilhadas reconhecidas em 2025.

18.4. OUTRAS RECEITAS / (-) OUTRAS DESPESAS

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2025*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Descrição	30.09.2025	30.09.2024
Outras Receitas, líquida dos tributos	47	108
Receitas Serviços Não Vinculados à Concessão	53	123
(-) PIS e COFINS	(5)	(12)
(-) ISS	(1)	(3)
Outras Despesas	(90)	(363)
Provisão Cível	(45)	-
Reversão Provisão Participação nos Lucros	600	160
Reversão Provisão Cível	-	15
Aluguéis (Veículos e Máquinas)	(236)	(96)
Tributos - IPTU	(275)	(264)
Depreciação	(123)	(74)
Outras Despesas	(11)	(104)
Total	(43)	(255)

Nas outras receitas, líquida de tributos observou-se uma redução de R\$ 61 mil nas receitas provenientes de serviços não vinculados à concessão. Esse movimento está relacionado à focalização das atividades da Companhia nas obrigações contratuais da concessão principal, com menor ênfase em atividades acessórias.

Nas outras despesas operacionais o principal destaque foi a reversão da provisão para Participação nos Lucros (PLR) que teve impacto positivo relevante no resultado do período, sendo o principal fator de compensação das outras despesas operacionais.

18.5. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas/(Despesas) Financeiras	30.09.2025	30.09.2024
Receitas Financeiras	15.081	14.177
Rendimento de Aplicações Financeiras	12.405	14.814
Rendimento de Aplicações Financeiras - Depósito Vinculado	3.233	-
Descontos Obtidos	174	-
Outras Receitas Financeiras	1	54
(-) PIS e COFINS s/ Receitas Financeiras	(732)	(691)
(-)Despesas Financeiras	(3.257)	(4)
Atualização monetária - Depósito Vinculado	(3.234)	-
Outras Despesas Financeiras	(23)	(4)
Total	11.824	14.173

A redução nos rendimentos de aplicações financeiras, (queda de R\$ 2,4 milhões), está relacionada à menor disponibilidade de recursos aplicados, diante do avanço da execução operacional.

Em contrapartida, observa-se o surgimento de receitas vinculadas à conta de depósito vinculado, que gerou rendimento de R\$ 3,2 milhões no período. No entanto, essa mesma conta impõe uma obrigação de atualização monetária passiva, registrada como despesa financeira no montante de R\$ 3,2 milhões (conforme Nota Explicativa nº 9).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apesar do aumento das despesas financeiras, o resultado financeiro líquido manteve-se positivo em R\$ 11,8 milhões no acumulado até setembro de 2025, ainda que inferior ao valor registrado no mesmo período de 2024 (R\$ 14,2 milhões), refletindo uma redução na margem financeira da Companhia.

O depósito vinculado e sua correspondente atualização monetária refletem obrigações contratuais previstas no modelo de concessão, evidenciando a transição da CEB IPES para o regime pleno de operação regulada.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 está representada a seguir:

Descrição	30.09.2025		30.09.2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	24.621	24.621	12.648	12.648
Adições(exclusões) permanentes	60.976	60.976	26.990	26.990
Adições(exclusões) temporárias	(177.192)	(177.192)	(38.386)	(38.386)
Total	(91.595)	(91.595)	1.252	1.252
(-)Compensação Prejuízo fiscal	-	-	-	-
Base de Cálculo	(91.595)	(91.595)	1.252	1.252
Alíquota aplicável (*)	25%	9%	25%	9%
(-)Programa Alimentação do Trabalhador - PAT	-	-	-	-
Despesa imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	295	113
Despesa imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.912)	(1.048)	-	-
Despesa imposto de renda e contribuição social exerc anterior	(38)	(13)	-	-

(*) 15% e 10% Adicional

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Considera-se, ainda, a compensação de prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados às mesmas alíquotas, levando em conta as diferenças entre a provisão de receitas do ativo de contrato e os custos realizados no período.

20. EVENTO SUBSEQUENTE

Após o encerramento do 3º trimestre, em 30 de setembro de 2025, foi emitido, em 22 de outubro de 2025, o Terceiro Termo de Apostilamento ao Contrato de Concessão, em razão do atingimento do Fator de Modernização e Eficientização (FME) correspondente ao Ano 1 – Marco I do referido contrato.

O Contrato de Concessão estabelece que a CEB IPES deverá realizar a transposição tecnológica de todas as luminárias convencionais por luminárias de tecnologia LED, no prazo de 3 (três) anos contados do início da eficácia da concessão. Essa transposição é definida em marcos contratuais, conforme abaixo:

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2025*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Marco Contratual	FME	Modernização	Finalização do Marco	Incorporação do FME
Ano 1	70%	40%	Mês 12	Mês 13
Ano 2	85%	70%	Mês 24	Mês 25
Ano 3	100%	100%	Mês 36	Mês 37

O atingimento do FME correspondente ao Ano 1 – Marco I do Contrato de Concessão gera um impacto financeiro correspondente a 2 milhões de reais na Contraprestação Mensal Efetiva (CME) da CEB IPES.

Destaca-se que esse impacto será aplicado de forma retroativa ao mês de junho de 2025, considerando que a finalização do Marco ocorreu em maio de 2025.

Brasília – DF, 28 de outubro de 2025.

EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA

Diretor-Presidente

HAMILTON DE OLIVEIRA GUERRA

Diretor de Planejamento e Engenharia

MARLON RESENDE JÚNIOR

Diretor Administrativo e de Finanças

MAURO JOSÉ LANDIM DOS SANTOS

Diretor de Modernização e Obras

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Diretor de Operação e Manutenção

MARLY GOMES ARAUJO

Contadora / CRC – DF 7901/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

Aos Senhores Conselheiros e Diretores da
CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.
Brasília-DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. (“Companhia” ou “CEB IPES”), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e apresentadas de forma condizente com as normas contábeis brasileiras e internacionais.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 –

"Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo-SP, 05 de novembro de 2025.

ADERBAL
ALFONSO
HOPPE:54156025
004

Digitally signed by
ADERBAL ALFONSO
HOPPE:54156025004
Date: 2025.11.05
14:56:13 -03'00'

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP
TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1